

A influência da semântica de posse no processamento de *seu* e *dele*: um estudo experimental

The influence of possession semantics on *seu* and *dele* processing: an experimental study

Dailane Moreira Guedes¹
Thiago Laurentino de Oliveira²

Resumo: Apresentamos, no presente artigo, os resultados de um experimento de leitura automonitorada (*self-paced reading*), por meio do qual investigamos a influência da variável *tipo semântico de posse* em sentenças com as formas possessivas de terceira pessoa. O objetivo deste estudo foi averiguar se posses *mais prototípicas* (envolvendo um possuidor humano e um objeto possuído concreto e alienável) ou *menos prototípicas* (envolvendo um possuidor inanimado e um objeto possuído concreto e alienável) condicionariam, em termos de processamento, uma leitura mais rápida ou custosa para os falantes do português brasileiro quando conjugadas às formas possessivas *seu* e *dele*. Adotamos como aporte teórico os estudos de base funcional-cognitiva (HEINE, 1997) e utilizamos o paradigma da metodologia experimental. Os resultados obtidos foram ao encontro da hipótese de que a semântica de posse mais prototípica favorece o processamento mais rápido da forma *dele*, enquanto *seu* é processado mais rapidamente em cenários de posse menos prototípica.

Palavras-chave: possessivos; terceira pessoa; abordagem experimental.

Abstract: In this paper we present the results of a self-paced reading experiment, through which we investigated the influence of the variable type of possession in sentences with third-person possessive forms. This study aims to find out whether *more prototypical* (involving a human possessor and a concrete alienable possessed object) or *less prototypical* (involving an inanimate possessor and a concrete alienable possessed object) would condition, in terms of processing, a faster or more costly reading for Brazilian Portuguese speakers when combined with the possessive forms *seu* and *dele*. We adopted as theoretical support the functional-cognitive studies (HEINE, 1997) and resorted to the paradigm of experimental methodology. The results obtained were in line with the hypothesis that the more prototypical possession semantics favors faster processing of *dele*, while *seu* is processed faster in less prototypical possession scenarios.

Keywords: possessives; third person; experimental linguistics.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: dailaneguedes@letras.ufjf.br.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: thiagolaurentino@letras.ufjf.br.

Introdução

Os trabalhos que se dedicam a estudar a posse encaram uma série de problemáticas associadas ao fenômeno, que vão desde a complicada tarefa de defini-lo até a classificação acerca da (in)alienabilidade e as aproximações possíveis com as noções de locatividade e existência. Destacamos, neste artigo, dois tópicos que mais dialogam com nosso objeto de estudo: o primeiro, foco de nosso interesse, é a questão da delimitação do *tipo semântico de posse*, que pode mudar a depender de qual parâmetro se adota para caracterizá-lo; já o segundo, mais característico dos estudos sobre as formas de terceira pessoa (3P), diz respeito à composição do quadro pronominal, visto que as propostas de análise não são unânimes quanto às formas que integram, de fato, o paradigma possessivo. Falaremos, de maneira sucinta, de cada uma dessas questões, tendo foco, sobretudo, no que diz respeito ao *tipo semântico de posse*, variável principal na pesquisa deste artigo.

Para dar conta da discussão relacionada à variável em destaque, apresentaremos os resultados relativos a uma tarefa de leitura automonitorada (também chamada de autocadenciada), por meio da qual examinamos a atuação do *tipo semântico de posse* na variação das formas possessivas de 3P do português brasileiro: a forma possessiva simples *seu* em oposição à forma de-possessiva *dele*. Nosso recorte se restringiu a contextos como os apresentados em (01), que permitem a intercambialidade entre *seu* e *dele*:

- (01) a. O garoto caiu e quebrou o *seu* celular.
b. O garoto caiu e quebrou o celular *dele*.

Apesar da possibilidade de alternância entre as formas simples e de-possessivas na terceira pessoa, a análise variacionista acerca de *seu* e *dele* não é a única existente na literatura sobre o tema. Na realidade, os estudos sobre as formas possessivas de 3P têm se fundamentado em três hipóteses centrais: a de *exclusão de formas* (cf. PERINI, 1985), segundo a qual a forma possessiva *seu* não faria parte do quadro da terceira pessoa ao lado de *dele*; a de *especialização de formas* (cf. MÜLLER, 1997), de acordo com a qual *seu* e *dele* integram o quadro possessivo de terceira pessoa, mas se especializam em contextos de uso particulares; por último, a de *substituição de formas* (cf. CERQUEIRA, 1993), que afirma que tanto a forma simples quanto a de-possessiva ainda integram o paradigma da terceira pessoa, mas com uma progressiva diminuição do uso de *seu* na língua.

No âmbito das três hipóteses principais sobre os usos de *seu* e *dele*, destacamos os estudos que adotam uma perspectiva semântica do tema. A partir desse viés, essas pesquisas

dão ênfase à natureza semântica do possuidor e/ou do possuído, isto é, às entidades envolvidas na cena possessiva. Desse modo, adotamos uma ótica voltada para o *tipo semântico de posse*, que emerge justamente da interação entre possuído e possuidor, conforme proposto por Heine (1997), que defende uma visão da posse em termos de prototipia. No âmbito da diacronia, a variável *tipo semântico de posse* é apontada como um dos fatores que influencia na reorganização do quadro pronominal (cf. PEREIRA LUCENA, 2016). Já na sincronia, o *tipo semântico de posse* parece atuar como uma variável que inibe ou licencia a variação entre *seu* e *dele* (cf. GUEDES, 2017; LOPES; GUEDES, 2020).

Com base nas contribuições dos estudos sobre o tema, desenvolvemos um experimento com o objetivo de responder à nossa questão principal: em termos de processamento, a variável *tipo semântico de posse* condicionará leituras mais rápidas ou mais lentas por parte dos falantes quando em sentenças com *seu* ou *dele*? Tendo tal indagação como fio condutor de investigação, propomos como objetivos: i) contribuir com estudos sobre as formas possessivas de terceira pessoa a partir de uma metodologia experimental, ainda pouco explorada na variação da terceira pessoa; ii) lançar um olhar mais atento para a variável *tipo semântico de posse*, dando foco à *interação* entre possuidor e possuído na cena da posse.

A fim de tornar viável a obtenção de respostas para a questão principal, aplicamos uma tarefa de leitura automonitorada, por meio da qual buscamos avaliar, em termos de tempo de leitura e reação à resposta, se os falantes do português seriam sensíveis à atuação do *tipo semântico de posse* em sentenças possessivas com *seu* e *dele*. A hipótese geral que fundamenta esta investigação é a de que houve uma extensão de sentido nos usos de *seu*, que se manteve no paradigma de terceira pessoa com posses menos prototípicas, enquanto *dele* teria entrado no paradigma ocupando os contextos de posse mais prototípica, já que evidencia o traço *humano* do possuidor.

O artigo está estruturado em seis seções, encabeçadas pela presente introdução. Na segunda seção, realizamos uma descrição sucinta sobre as noções possessivas, na trilha proposta por Heine (1997), que fundamenta nossa análise. Na terceira seção, fazemos um panorama sobre algumas pesquisas voltadas para as formas possessivas de terceira pessoa. Já na quarta seção, apresentamos as principais diretrizes da metodologia experimental, adotada para a elaboração e aplicação da tarefa de leitura automonitorada. Na quinta seção, exibimos os resultados do experimento, acompanhados da discussão ancorada em nossos pressupostos teóricos. Na última seção, tecemos nossas considerações finais.

As noções possessivas

No âmbito dos estudos de Linguística Teórica, a definição do conceito de posse é bastante complexa. Na extensa literatura sobre o tema, vemos que os estudiosos recorrem a fatores distintos para tentar conceituá-la, devido aos modos variados da sua manifestação formal. Dentre os linguistas que têm se debruçado sobre a questão, encontramos aqueles que discutem a posse apenas em termos de (in)alienabilidade (NICHOLS, 1988; HEINE; LÉBIZAKA, 1997) e outros que a relacionam com as noções de locatividade e existência (LANGACKER, 2009). Há ainda aqueles que, reconhecendo o aspecto multifacetado do tema, analisam um conjunto de propriedades que caracterizam e influenciam a representação da posse nas línguas naturais. Seguiremos aqui essa última perspectiva, adotando a proposta delineada por Heine (1997). Tendo em vista as limitações de espaço, apresentamos panoramicamente a proposta do autor, enfatizando os aspectos mais relevantes para os objetivos deste artigo.

A partir de uma amostra tipologicamente diversificada de línguas e construções linguísticas nas quais a posse está implicada, Heine (1997) busca mapear noções possessivas – e não tipos de posse. Entendendo que as diferenças semânticas observáveis entre as construções possessivas ocorrem em decorrência do contexto comunicativo, o linguista explora como parâmetros não só traços da entidade possuidora, mas também traços da entidade possuída e aspectos da relação entre ambos, possuidor/possuído. Para tanto, Heine (1997) parte da seguinte lista de propriedades prototípicas de posse elencada por Taylor (1989):

- a. O possuidor é um ser humano específico;
- b. O possuído é uma entidade concreta específica, geralmente inanimada;
- c. O possuidor tem direito legal de fazer uso do possuído; para utilizar o possuído, outros indivíduos precisam de permissão do possuidor;
- d. Entidades possuidora e possuída estão em proximidade espacial;
- e. A relação de posse não tem limite temporal definido.

Com base na presença ou ausência dessas propriedades, Heine (1997) delimita sete noções possessivas. São elas: a posse permanente, a posse física, a posse temporária, a posse inalienável, a posse abstrata, a posse inalienável inanimada e a posse alienável inanimada. Apenas a posse permanente responde positivamente às cinco propriedades e, por essa razão, é tomada como sendo a mais prototípica das noções mapeadas. Segundo o linguista, essa noção é marcada pela ideia de propriedade legal, típica das sociedades ocidentais.

Em um segundo nível, estão as noções de posse física e posse temporária, que respondem negativamente à propriedade (e) e, portanto, representam relações com limite temporal definido. De acordo com a proposta do autor, ambas as noções enfatizam uma relação

de manipulação do possuído sem que ele precise ser, de fato, uma propriedade legal do possuidor. Além disso, destacam eventos marcados pela propriedade (d), ou seja, pela proximidade espacial entre as entidades: *a mesa dela no restaurante* representaria uma posse física; já *a sala dele na empresa* exemplifica uma posse temporária³.

Também no segundo nível, está a noção de posse inalienável, que, de acordo com Heine (1997), identifica cenários em que a entidade possuída é logicamente inseparável da entidade possuidora, tais como as partes do corpo (*o braço dele*) e as relações de parentesco (*o irmão dela*). Tendo em vista essa pressuposição de inseparabilidade (que justifica, inclusive, o rótulo *inalienável*), o autor relativiza a aplicação das propriedades listadas em (c) e (d) para a posse inalienável: analisar essa noção possessiva em termos de direito de uso legal ou proximidade espacial pode ser algo, no mínimo, complexo e discutível.

Em um terceiro nível, Heine (1997) situa as demais noções possessivas, que estariam mais distantes da noção prototípica de posse. A posse abstrata é negativamente marcada para a propriedade (b), visto que a entidade possuída corresponde a conceitos não visíveis ou intangíveis: sentimentos (*a tristeza dele*), doenças (*a febre dela*), estados psicológicos (*a memória deles*) etc. Consequentemente, a propriedade (c) também está ausente, pois não procede analisar os cenários de posse abstrata em termos de direito de uso legal do possuído.

Completando o terceiro nível de noções possessivas, Heine (1997) identifica a posse inalienável inanimada e a posse alienável inanimada. A ausência da propriedade (a) é o traço característico de ambas as noções, uma vez que, nesse cenário de posse, a entidade percebida como possuidora não é um ser humano. Para distingui-las, o autor utiliza a propriedade (e), que é positivamente marcada apenas para a posse inalienável inanimada: não há um limite temporal concebível para a relação entre uma árvore e seus galhos ou entre um imóvel e suas janelas (que exemplificam a posse inalienável inanimada na visão de Heine (1997)). Em contrapartida, a relação entre a mesma árvore e os pássaros que pousam sobre ela ou entre uma estante e os livros que ela *possui* é, segundo o linguista, alienável e delimitável temporalmente.

No experimento que apresentamos neste artigo, trabalhamos diretamente com duas noções possessivas delineadas por Heine (1997): a posse dita permanente (ou posse de propriedade) e a posse alienável inanimada. O objetivo era verificar os possíveis efeitos das noções possessivas (mais e menos prototípicas) sobre a percepção dos falantes acerca das

³ Há certa sobreposição entre a posse física e a temporária. Parece-nos, inclusive, que essas noções convergem em muitos eventos comunicativos do português. Contudo, não desenvolvemos aqui uma reflexão acerca desses aspectos, uma vez que isso extrapola os objetivos deste artigo. Limitamo-nos a descrever sucintamente a proposta original de Heine (1997).

formas possessivas. Antes de descrever a metodologia do experimento aplicado, é necessário revisar brevemente alguns estudos que já trataram das formas possessivas de terceira pessoa no Português Brasileiro (doravante PB).

As formas possessivas de terceira pessoa no português brasileiro

A temática da variação entre as formas possessivas de terceira pessoa, representadas por *seu* e *dele*, é contemplada em diferentes estudos que tentam explicar como se configura o paradigma pronominal possessivo. Resgatando alguns desses estudos, apresentamos panoramicamente a trajetória de pesquisas relacionadas ao tópico em questão, até chegarmos nas questões relacionadas ao *tipo semântico de posse*.

No viés diacrônico, trabalhos como os de Cunha (2007), Santana (2014) e Castilho (2005) mostram que, já em textos do século XIII, a forma *dele* em sentido possessivo pode ser atestada ao lado da forma *seu* para a terceira pessoa. Essa informação, longe de ser um simples detalhe, evidencia que a alternância entre as duas formas ocorre na língua há um tempo expressivo, não sendo um fenômeno recente no português brasileiro, no qual ainda se mantém em vigor atualmente.

No eixo sincrônico, a variação entre *seu* e *dele* também é explorada pelos estudos linguísticos, que buscam descrever o estatuto das duas formas no português brasileiro. Perini (1985; 2010) propõe um cenário de exclusão de formas. Nessa proposta, *seu* teria migrado para a segunda pessoa (2P), e *dele* teria se tornado o possessivo exclusivo da terceira pessoa, resultando em um quadro composto apenas por formas de-possessivas. Para explicar essa configuração, o autor aponta alguns princípios relacionados ao sistema linguístico, como o de eliminar formas potencialmente ambíguas: é o caso de *seu*, que faz referência tanto a 2P quanto a 3P.

Ainda no eixo sincrônico, Müller (1997) busca explicar a alternância entre *seu* e *dele* por um viés formalista, tendo em vista o traço semântico do possuidor (o sintagma nominal antecedente) como condicionador do fenômeno. Com base em resultados quantitativos, a autora propõe que há, no português brasileiro, uma *especialização de formas* que se configura da seguinte maneira: a forma *seu* retoma antecedentes mais genéricos (*seu*: 94%, *dele*: 6% dos dados), enquanto *dele*, os específicos (*seu*: 24%, *dele*: 76%) ou não-específicos (*seu*: 46%, *dele*: 54%). Nesse cenário, o quadro pronominal continua dispondo de duas formas possessivas para a terceira pessoa, diferentemente do que propõe Perini (1985; 2010).

Guedes (2017) e Lopes e Guedes (2020) também se debruçam sobre a questão dos traços semânticos, investigando a variação entre *seu* e *dele* a partir da natureza do referente possuidor,

mas utilizando a metodologia experimental. Com foco na animacidade (*animado* ou *inanimado*) e na natureza do referente (*genérico* ou *específico*), as autoras testaram, por meio da aplicação de uma tarefa de *Julgamento de Aceitabilidade*, se os traços em questão seriam sensíveis à percepção dos falantes do português brasileiro, condicionando a escolha entre a forma simples e a de-possessiva na modalidade falada. Os participantes avaliaram as sentenças em uma escala de 1 a 5, em que 1 correspondia a uma rejeição total e 5, a uma aceitação total.

Os resultados de Guedes (2017), que dialogam com os de Müller (1996) quanto à natureza mais específica ou genérica do referente possuidor, mostram que sentenças possessivas com referentes específicos e humanos com a forma *dele* foram mais bem avaliadas (média de 4.25) do que com referentes genéricos e inanimados (média de 3.84). Já as sentenças com referentes possuidores retomados por *seu* foram bem avaliadas nos dois contextos (humanos e específicos: 4.71; inanimados e genéricos: 4.71). Guedes (2017) atribui esses resultados para a forma *seu* ao caráter *coringa* desse possessivo.

Nesse ponto, cabe salientar que a metodologia experimental, aliada ao interesse em investigar a influência da semântica de posse, mostra-se um caminho viável para a obtenção de informações que revelam e destacam a percepção dos falantes sobre um fenômeno da língua. Em outras palavras, essa abordagem fornece ferramentas para que questões voltadas para o processamento sejam observadas, colocando a cognição em foco e explorando a questão para além da estrutura, indo em direção à semântica da posse.

Com relação ao *tipo semântico de posse*, verificamos que tal variável já se mostrou um fator relevante de investigação na reconfiguração do quadro pronominal possessivo na diacronia. Pereira Lucena (2016), ao estudar os possessivos de segunda pessoa, *teu* e *seu*, sugere que a forma *seu* teria entrado na 2P em contextos de posse mais prototípica. Nesse sentido, cogitamos que *dele*, ao se implementar no paradigma da 3P, preenche a lacuna deixada por *seu* nas posses mais prototípicas. Por outro lado, *seu* se mantém como uma forma pronominal nas posses menos prototípicas da 3P. Em função do *tipo semântico de posse*, as formas *seu* e *dele* estariam distribuídas, por hipótese, conforme ilustrado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Distribuição das formas possessivas *seu* e *dele* no paradigma pronominal, a partir do *tipo semântico de posse*

FORMA POSSESSIVA	PESSOA	TIPO SEMÂNTICO DE POSSE
SEU	2P	Mais prototípica
SEU	3P	Menos prototípica
DELE	3P	Mais prototípica

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com o Quadro 1, as formas possessivas de terceira pessoa teriam sofrido uma reorganização em função do *tipo semântico de posse*. Nessa lógica, a forma *seu* estaria ocupando dois lugares do paradigma, mas com comportamentos diferentes: na segunda pessoa (2P), com as posses *mais prototípicas*, e na terceira pessoa (3P), com as *menos prototípicas*. Esse arranjo também é proposto por Guedes (2021) com base em evidências experimentais. A autora analisou as interpretações de 2P e 3P envolvendo a forma *seu*, também em função do *tipo semântico de posse*. Já a forma *dele* teria se estabelecido na 3P em cenários de posse *mais prototípica*, dado seu caráter de salientar cognitivamente os traços do possuidor humano, ao contrário de *seu*.

A fim de verificar nossa hipótese, elaboramos uma tarefa de leitura automonitorada (*self-paced reading*). Falaremos detalhadamente, na próxima seção, acerca da metodologia experimental adotada para a estruturação do experimento, apresentando as diretrizes metodológicas que conduziram a investigação do tema em foco: a atuação da semântica de posse na variação entre as formas possessivas de terceira pessoa *seu* e *dele*.

Metodologia experimental

Nesta seção, detalhamos o passo a passo metodológico do experimento elaborado para a análise. A aplicação dessa tarefa experimental objetivou, principalmente, verificar se as noções semânticas de posse influenciam o processamento dos falantes do PB acerca das formas possessivas de 3P, *seu* e *dele*. Para tanto, recorreremos à técnica da leitura automonitorada.

Desenho do experimento

A tarefa de leitura automonitorada ou autocadenciada (em inglês, *self-paced reading*; MITCHELL, 2004; GARROD, 2006) caracteriza-se pela apresentação de enunciados fatiados em segmentos menores (palavras, sintagmas ou sentenças). Os participantes devem ler esses enunciados de acordo com um roteiro previamente definido: iniciar a tarefa acionando uma tecla que faz exibir o primeiro segmento do enunciado; depois de ler o primeiro segmento, acionar repetidamente a mesma tecla para visualizar os segmentos subsequentes, até completar a exibição do enunciado inteiro. Esse roteiro, como sugere o nome, é comandado pelo próprio participante, já que é ele quem controla a exibição dos estímulos na tela do computador, segundo seu ritmo pessoal de leitura.

Em termos de análise, os pesquisadores que adotam essa técnica buscam explorar os intervalos de tempo registrados entre a exibição de cada segmento do enunciado, a partir dos acionamentos da tecla de comando efetuados pelos participantes. A lógica por trás da tarefa de

leitura automonitorada é que maiores tempos de leitura, registrados em segmentos específicos do enunciado, correspondem a um maior custo de processamento linguístico dos elementos contidos nesses segmentos. Na mesma linha de raciocínio, tempos de leitura menores sugerem menor custo cognitivo no processamento da informação linguística do segmento.

Método

Para a aferição da possível influência das noções possessivas sobre o processamento de *seu* e *dele*, foram elaborados enunciados experimentais compostos por duas orações, sempre coordenadas pela conjunção *e*. Os sujeitos das duas orações eram sempre correferentes, sendo expressos na primeira oração e nulos na segunda oração. As formas possessivas de 3P apareciam sempre na segunda oração, modificando o objeto direto do verbo predicador. Além disso, o verbo da primeira oração aparecia apenas com o argumento sujeito, tendo leitura intransitiva. A título de exemplificação, reproduzimos em (02-03) dois enunciados experimentais utilizados:

(02) **O funcionário_i** saiu e deixou o cartão *dele_i* em casa.

(03) **O automóvel_i** bateu e perdeu o *seu_i* pneu na pista.

Com essa configuração, as formas possessivas em foco estavam em correferência anafórica com o constituinte sujeito da primeira oração. Além disso, cabe destacar também que: (i) o nome possuidor e o nome possuído dos enunciados eram sempre masculino singular, antecidos por artigo definido; (ii) todos os verbos dos enunciados estavam no pretérito perfeito do indicativo; (iii) todos os enunciados experimentais tinham como último constituinte um sintagma preposicionado.

Após a leitura integral dos enunciados, os participantes tinham de julgar, como verdadeira ou falsa, uma afirmação que aparecia na tela sobre o enunciado que acabaram de ler. O objetivo dessa etapa era assegurar que os participantes haviam lido os enunciados com atenção. As afirmações eram bastante simples e transparentes, a fim de não gerar dúvidas sobre os participantes.

Participantes

Os sujeitos que participaram do experimento foram recrutados remotamente. Embora as variáveis demográficas não tenham sido consideradas na análise, procuramos controlar minimamente algumas informações gerais sobre os voluntários, a fim de obter um perfil dos

participantes. Ao todo, contamos com a participação de 40 sujeitos, que possuíam Ensino Superior (concluído ou em andamento) nas áreas de Comunicação, Letras ou Direito. Em termos etários, todos os participantes tinham entre 20 e 30 anos. Quanto ao sexo, 31 eram mulheres e 9, homens. A maioria era do estado do Rio de Janeiro, mas também contamos com participantes de Minas Gerais e do Paraná.

Materiais

O experimento de leitura automonitorada continha, ao todo, 32 enunciados, dos quais 16 eram experimentais e 16 eram distratores. Todos os enunciados eram compostos por dez palavras, que, juntas, somavam 17 ou 18 sílabas (a depender da forma possessiva que continham, *seu* ou *dele*, respectivamente). Tal configuração visava a estabelecer equidade na extensão dos enunciados, visto que o tempo de leitura era a variável dependente mensurada. Sendo assim, não poderia haver discrepância no tamanho dos estímulos; caso contrário, os tempos de leitura dos enunciados ficariam enviesados.

Dividimos os participantes em 2 grupos. Cada grupo visualizava 8 enunciados experimentais, contendo uma das formas possessivas de 3P, mais 16 enunciados distratores. A organização dos enunciados quanto aos grupos de participantes aparece descrita em (04):

(04) *Grupo 1*: 8 enunciados com *SEU* + 16 distratores

Grupo 2: 8 enunciados com *DELE* + 16 distratores

A estrutura dos enunciados distratores era bastante semelhante à dos enunciados experimentais. Nos distratores, contudo, não havia nenhuma forma possessiva de 3P. No que se refere à distribuição dos itens experimentais, adotamos o formato conhecido como *between subjects* (*entre sujeitos*), no qual cada grupo de participantes é exposto a somente uma das condições experimentais. Cada grupo reuniu 20 participantes e os sujeitos foram distribuídos aleatoriamente entre os grupos.

A programação do experimento foi efetuada por meio do site IbexFarm, que funciona como um *host* de arquivos em *Javascript* e *html*. Nesse site, o pesquisador deve carregar scripts previamente programados, em função do experimento que pretende aplicar. Para a tarefa de leitura automonitorada, montamos o script com o auxílio da plataforma RStudio. Feito isso, é possível gerar um *link* para ser compartilhado com os participantes via internet. Contudo, o IbexFarm restringe a realização das tarefas experimentais a desktops ou notebooks, não sendo permitido que os participantes realizem o experimento através de aparelhos celulares.

Variáveis e condições

Duas variáveis independentes foram controladas no experimento: o *tipo de forma possessiva* e o *tipo semântico de posse*. Ambas as variáveis continham dois níveis:

- (05) a. TIPO DE FORMA POSSESSIVA: *seu* ou *dele*
- b. TIPO SEMÂNTICO DE POSSE: *mais prototípica* ou *menos prototípica*

Ao combinar os níveis das variáveis independentes em foco, chegamos a quatro condições experimentais (*seu-mais prototípico*, *dele-mais prototípico*, *seu-menos prototípico* e *dele-menos prototípico*), o que configura um experimento do tipo 2x2. Essas condições foram distribuídas entre os dois grupos de participantes da seguinte maneira: o grupo 1 foi exposto às condições *seu-mais prototípico* e *seu-menos prototípico*; o grupo 2 foi exposto às condições *dele-mais prototípico* e *dele-menos prototípico*.

Quanto à variável dependente, medimos, a partir da tarefa de leitura automonitorada, os *tempos de reação* durante a leitura dos itens experimentais. Com o auxílio do IbxFarm e da plataforma RStudio, foi possível registrar o tempo de leitura, em milissegundos (ms), para os segmentos em que apareciam as formas *seu* ou *dele*. Além disso, mensuramos também o tempo que o participante gastou para responder a afirmação sobre o enunciado lido.

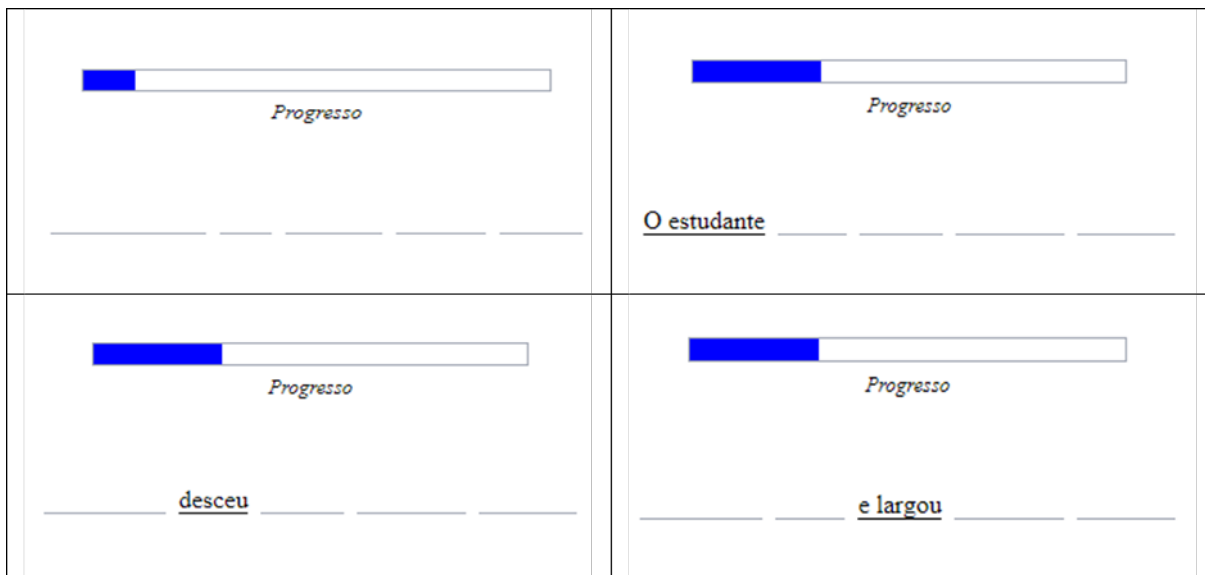
Procedimentos

Após manifestarem interesse em participar voluntariamente do experimento, os sujeitos recebiam o link que dava acesso à tarefa de leitura automonitorada. Na tela inicial do site, era exibido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que os participantes deviam ler e aceitar antes de iniciar o experimento. Em uma tela subsequente, eram solicitadas informações gerais sobre os participantes, como nome completo, idade, nível de escolaridade, gênero e e-mail de contato. Em seguida, iniciava-se uma pequena etapa de treinamento, na qual os sujeitos recebiam mais orientações sobre a realização da tarefa e podiam se habituar à dinâmica do experimento.

Depois desses procedimentos iniciais, os participantes começavam efetivamente a tarefa experimental. Em uma tela de fundo branco, eram exibidos cinco traços horizontais, que correspondiam aos segmentos ocultos do enunciado. A cada acionamento da barra de espaço pelo participante, um segmento do enunciado aparecia no lugar de um dos traços horizontais, sucessivamente. O ritmo de exibição dos segmentos era controlado pelo próprio participante, sem tempo máximo para a exibição dos segmentos em tela. É importante destacar que a exibição

dos segmentos era não-cumulativa: com o acionamento da barra de espaços, quando um novo segmento era exibido, o segmento anterior desaparecia. A figura 1 ilustra uma parte dessa dinâmica:

Figura 1 - Demonstração do processo de leitura automonitorada não-cumulativa



Fonte: elaborada pelos autores com base em Guedes (2021, p. 130-131).

Ao terminar a sequência de cliques que trazia em tela os segmentos do enunciado, aparecia uma nova tela com uma afirmação sobre o que foi lido. Cabia ao participante julgá-la como sendo verdadeira ou falsa. Esse julgamento era emitido através do acionamento das teclas 1 (verdadeiro) ou 2 (falso). Essa rotina se repetia com todos os 24 itens apresentados para cada participante (8 experimentais e 16 distratores).

Todos os enunciados utilizados no experimento eram exibidos de forma aleatorizada para cada participante. Além disso, não era possível retornar e reler um segmento anterior do enunciado caso já tivesse clicado para o próximo segmento. Esse recurso restringia o participante a uma única leitura dos enunciados com o intuito de evitar que os sujeitos reanalisassem os segmentos e, com isso, enviesassem a variável dependente *tempo de leitura*.

Previsões

O objetivo principal do experimento era verificar o efeito dos tipos semânticos de posse sobre o processamento das formas possessivas de 3P. Dessa forma, confrontamos a posse mais prototípica, que correspondia a uma situação em que havia um possuidor humano e um objeto possuído concreto e alienável, com a posse menos prototípica, que correspondia a uma situação

envolvendo um possuidor inanimado e um objeto possuído concreto e alienável. Segundo a hipótese de que a forma *dele* ocorre preferencialmente nas situações de posse mais prototípicas, por destacar o traço *humano* do possuidor, e de que *seu* com referência à 3P é preservado nas situações de posse menos prototípica, por não retomar os traços do possuidor *inanimado*, projetamos as seguintes previsões experimentais:

(i) Em situações de posse mais prototípica, os participantes processariam mais rapidamente os enunciados com a forma *dele* e mais lentamente os enunciados em que houvesse a forma *seu*;

(ii) Já nas situações de posse menos prototípica, o comportamento esperado para os participantes era o inverso: menores tempos de processamento nos enunciados com *seu* e maiores tempos de processamento nos enunciados com *dele*.

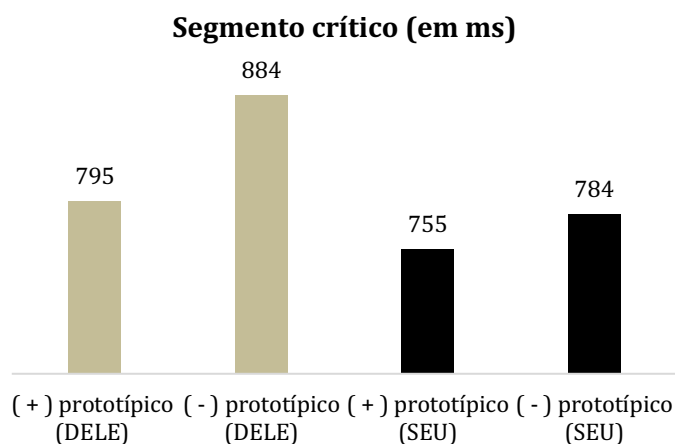
Resultados e discussão

Para uma melhor apresentação dos resultados, organizamos esta seção em duas partes. Na primeira, que está subdividida em dois tópicos, mostraremos tanto as médias de *tempo de leitura do segmento crítico*, no qual se localizavam as formas possessivas *seu* ou *dele*, quanto os resultados do controle do *tempo de resposta às perguntas*, respondidas pelos participantes ao final de cada sentença. Já na segunda, traremos a discussão relacionada à interpretação dos resultados obtidos em diálogo com nossos pressupostos teóricos.

Tempos de leitura do segmento crítico

Na figura 2, apresentamos a *média do tempo de leitura do segmento crítico*, tomando como parâmetro a condição experimental. O controle do tempo de leitura se faz necessário por informar quantos milissegundos cada participante levou para ler o quarto segmento das sentenças experimentais, pois era neste segmento que estavam presentes as formas possessivas *seu* ou *dele*. Os números percentuais ilustrados foram alcançados após tratamento dos resultados no programa *ActionStat*, software que conjuga a interface da plataforma *RStudio* à interface do programa Excel. As médias de leitura obtidas foram as seguintes:

Figura 2 - Tempo médio de leitura, em milissegundos, do segmento crítico por condição experimental



Fonte: elaborado pelos autores com base em Guedes (2021, p. 137).

É possível notar, com base nas informações que podem ser extraídas da figura 2, que as médias de tempo para a leitura do segmento crítico apresentaram diferenças. As duas primeiras barras à esquerda, referentes às medidas do segmento crítico com a forma possessiva *dele*, indicam que a posse *mais prototípica* registrou média de tempo de leitura mais baixa (795 milissegundos) se comparada à posse menos prototípica (884 milissegundos). Esse resultado, em termos de processamento, revela que nossas previsões sobre a forma *dele* condicionar uma leitura mais rápida com posses *mais prototípicas* foi confirmada.

No tocante à forma *seu*, as medidas representadas pelas duas barras à direita apontam que as posses *mais prototípicas* resultaram em uma leitura mais rápida (755 milissegundos) do que as posses *menos prototípicas* (784 milissegundos). Diferente do que ocorreu com a forma *dele*, os resultados para *seu* destoaram das previsões experimentais. As expectativas eram de que a posse *menos prototípica* estimulasse uma leitura mais rápida, o que não aconteceu, já que os participantes leram o segmento crítico com mais rapidez quando a posse era *mais prototípica*, como nossas previsões sugeriam.

Para além dessa análise inicial, pautada na observação dos milissegundos, submetemos os resultados ao teste de Análise de Variância (ANOVA)⁴, no qual são confrontados os valores registrados para cada condição controlada. A ANOVA indicou que os p-valores, para cada condição, foram superiores a 0.05, o que, em termos estatísticos, revela que as diferenças entre as médias de tempo não são significativas. Não foi constatado efeito principal de nenhuma das variáveis controladas ou efeito de interação entre elas: *tipo semântico de posse* ($F = 1,20$, $p =$

⁴ A análise de variância (ANOVA) é um teste paramétrico que compara médias de três ou mais grupos de condições. A ANOVA avalia a probabilidade de que qualquer diferença entre duas condições se deva a um erro amostral. O intuito da realização desse teste é assegurar que as diferenças observáveis se devam ao fator (ou fatores) controlados, que exercem efeitos estatisticamente significativos sobre os resultados.

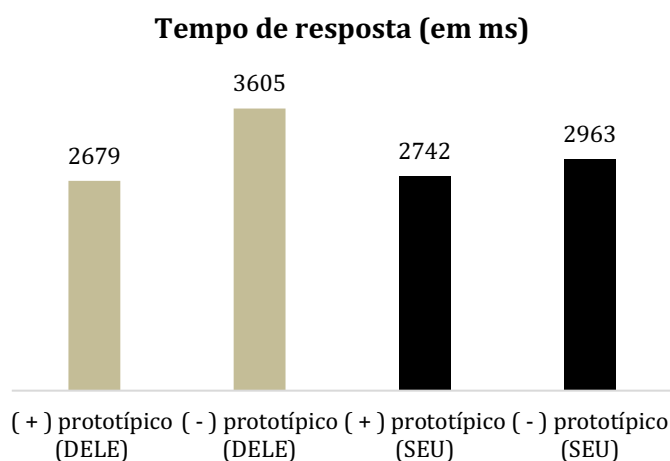
0,27), *tipo de forma possessiva* ($F = 1,70$, $p = 0,19$) e *tipo semântico de posse-tipo de forma possessiva* ($F = 0,31$, $p = 0,57$). Essa análise da variância revela que, embora as médias favoreçam parcialmente as nossas previsões experimentais, não há significância estatística que nos permita refutar ou confirmar a hipótese geral em investigação.

A fim de refinar a análise e explorar os demais fatores, examinamos também de que maneira os participantes se comportaram no que diz respeito ao *tempo de leitura das perguntas interpretativas*. Ao fim da leitura das sentenças experimentais, os sujeitos deveriam assinalar como verdadeira ou falsa uma afirmação que era realizada acerca do enunciado recentemente lido. Apresentamos nossas considerações sobre essa análise na seção logo a seguir.

Tempo de resposta às perguntas interpretativas

Para examinar as médias relativas ao tempo de resposta às perguntas interpretativas, nossos dados passaram por outra análise de variância, com o propósito de verificar se haveria efeito principal das variáveis sobre o tempo de resposta. Na figura 3, é exibido o conjunto de médias de tempo de resposta de acordo com cada condição controlada no experimento realizado:

Figura 3 - Médias de tempo de resposta (em milissegundos) à pergunta interpretativa por condição experimental controlada



Fonte: elaborado pelos autores com base em Guedes (2021, p. 139).

As duas barras à esquerda se referem às médias de tempo para a forma *dele* nas condições controladas. Verificamos que, quanto à forma de-possessiva, o tempo médio de resposta dos participantes foi mais rápido quando a sentença experimental apresentava uma posse *mais prototípica* (2679 milissegundos) do que *menos prototípica* (3605 milissegundos). Esse resultado, que vai ao encontro das nossas hipóteses, confirma que a forma possessiva *dele*,

para as posses mais prototípicas, parece estimular uma leitura menos custosa, em termos de processamento, do que quando a posse é menos prototípica.

Quanto aos resultados com a forma simples *seu*, observados nas duas barras à direita, visualizamos que as posses *mais prototípicas* estimularam um tempo médio de leitura mais rápido (2742 milissegundos) do que as posses *menos prototípicas* (2963 milissegundos). Esse cenário para a forma possessiva *seu* destoa das nossas previsões experimentais, motivo que nos fará retomá-lo no tópico reservado para a discussão dos resultados, no qual abordaremos nossas hipóteses sobre esse comportamento de *seu*, que parece, se comparado a *dele*, uma forma possessiva com maior extensão de usos. Entraremos em detalhes posteriormente.

O *tempo médio de resposta à pergunta interpretativa* foi, assim como o tempo médio de leitura do segmento crítico, submetido a um teste de Análise de Variância (ANOVA), que apontou existir efeito principal da variável *tipo semântico de posse (mais prototípica/menos prototípica)* ($F = 12,23$, $p < 0,001$). O efeito também foi confirmado na interação entre as variáveis *tipo semântico de posse-forma possessiva* ($F = 4,62$, $p < 0,05$). A variável *forma possessiva (seu ou dele)*, de forma isolada, não teve efeito principal apontado pela análise inferencial ($F = 3,10$, $p = 0,08$). Esses resultados estatísticos sinalizam que a variável *forma possessiva*, por si só, não influencia significativamente a percepção dos falantes durante a resposta às perguntas interpretativas. É na interação entre *forma possessiva* e *tipo semântico de posse* que podemos observar o efeito significativo dessas variáveis sobre o processamento dos participantes.

Discussão

A partir dos dados descritos anteriormente, discutimos, nesta seção, os resultados do experimento de leitura automonitorada. Conjugamos nossa hipótese principal às previsões experimentais levantadas para a investigação das formas possessivas e às premissas teóricas que embasam a nossa argumentação.

Tomaremos como ponto de partida a condição que associa a forma possessiva *dele* às posses mais prototípicas. Conforme vimos, nessa condição, o *tempo médio de leitura do segmento crítico* e de *tempo de resposta à pergunta interpretativa* foi menor, refletindo um processamento mais rápido. O oposto ocorreu quando o de-possessivo estava em um cenário de posse *menos prototípica*, em que as médias de tempo foram maiores. Esses resultados, como salientamos, foram favoráveis às nossas previsões experimentais.

Para a forma possessiva *seu*, no entanto, as previsões levantadas foram parcialmente confirmadas. Tanto o *tempo médio de leitura do segmento crítico* quanto o *tempo de resposta*

à pergunta interpretativa foram menores com as posses *mais prototípicas* e maiores com as posses *menos prototípicas*, contrariando as expectativas. A análise estatística, contudo, não apontou significância na diferença entre as médias observadas, razão pela qual não seria possível refutar integralmente a hipótese levantada.

Os resultados relativos à forma possessiva simples, na verdade, são mais informativos a partir da comparação múltipla das variáveis, já que houve significância estatística no confronto SEU (-) PROTOTÍPICO X DELE (-) PROTOTÍPICO ($p = < 0,05$) em relação às médias de *tempo de resposta à pergunta interpretativa*. O valor inferior a 0,05 indica que, em confronto com a forma *dele*, situações envolvendo posses menos prototípicas com a forma *seu* foram mais rapidamente processadas pelos participantes.

Fazendo diálogo com nossos pressupostos teóricos, ressaltamos como esse resultado se relaciona à visão de que normalmente associamos uma entidade humana para o papel de possuidor, já que nós, como seres humanos, pertencemos à categoria. Langacker (1997) explica que tomamos o mundo como um espaço povoado por pessoas, não por objetos. Nessa linha de raciocínio, ao pensarmos em possuidores, elencamos pessoas, não objetos, para cumprir esse papel. A nossa concepção primária da posse seria aquela em que um ser humano possui um objeto, o que denominamos de posse mais prototípica. O fato de sermos humanos é nosso ponto de referência para descrever e lidar com os eventos do mundo, manifestando-se também linguisticamente. Nessa perspectiva, podemos inferir o motivo pelo qual a forma *dele* apresentou processamento mais rápido com posses mais prototípicas: o de-possessivo coloca em foco os traços morfológicos do referente possuidor, salientando, nos cenários de posse mais prototípica, o traço de *humanidade*. Em contrapartida, quando a forma *seu* é utilizada, não há destaque para o possuidor, mas sim para o possuído.

Sobre a forma possessiva *seu*, nossa hipótese é a de que houve, na diacronia, uma extensão de uso referencial: de um lado, teríamos o *seu* da 2P para posses mais prototípicas, algo já observado mesmo em textos de sincronias passadas (PEREIRA LUCENA, 2016); do outro, o *seu* da 3P, que subsiste nas posses menos prototípicas. Os resultados do nosso artigo indicam que *seu* parece ser uma estratégia *coringa* para a terceira pessoa, nos termos de Guedes (2017). Sendo assim, argumentamos que a forma simples, no português brasileiro, pode atuar nos diferentes tipos semânticos de posse, ainda que, conforme vimos, a forma *dele* prevaleça nos ambientes de posse mais prototípica.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos apresentar, a partir da abordagem experimental, mais uma ótica para abordar o estatuto da variação entre *seu* e *dele*, formas possessivas de terceira pessoa no português brasileiro. Direcionamos nossa atenção para a atuação da variável *tipo semântico de posse*, que foi analisada em função das variáveis dependentes *tempo de leitura* e *tempo de resposta à pergunta interpretativa* dos participantes por meio de uma tarefa de leitura automonitorada.

Com base nos resultados alcançados, conseguimos observar que a variação das formas possessivas *seu* e *dele* parece ser sensível aos diferentes cenários de posse. Na trilha da proposta de Heine (1997), vimos que a prototipicidade é um fator determinante para compreender em que situações *seu* e *dele* seriam utilizados, relacionando essa tendência a questões de cognição: posses mais prototípicas, com possuidor humano, elencam *dele*, o possessivo que salienta cognitivamente essa entidade. Já as posses menos prototípicas, construídas com possuidores inanimados, favorecem a forma *seu*, que não destaca cognitivamente o possuidor.

Os resultados obtidos com a aplicação da tarefa experimental contribuem também com outras questões mais amplas sobre o tema. Quanto à composição do quadro pronominal, a exclusão da forma *seu* do paradigma da terceira pessoa é uma hipótese que não se sustenta de acordo com o experimento, uma vez que os participantes foram capazes de processar as sentenças com essa forma, sem que isso gerasse um alto custo cognitivo que indicasse grandes dificuldades de interpretação. Além disso, os resultados dialogam e reforçam as evidências diacrônicas (PEREIRA LUCENA, 2016) de que a variável *tipo semântico de posse* parece ser um fator que atuou (e ainda atua) na (re)organização do quadro pronominal do PB.

Referências

CASTILHO, C. M. M. de. **O processo de redobrimento sintático no português medieval: a formação das perífrases com estar**. 2005. 262f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/341030>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CUNHA, P. F. A. da. **Possessivos de terceira pessoa na língua portuguesa nos séculos XIII e XIV**. 2007. 226 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://poslin.letras.ufmg.br/defesas/797D.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

GARROD, S. **Psycholinguistic Research Methods**. Encyclopedia of Language & Linguistics, 2006.

GUEDES, D. M. **As formas possessivas de terceira pessoa no português brasileiro: uma análise experimental de seu versus dele**. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15D-n2rOK63dNSMyf77OOoK1I-ApHM3VL/view>. Acesso em: 27 fev. 2023.

GUEDES, D. M. **A atuação do tipo de posse na percepção das formas possessivas seu e dele: uma abordagem experimental**. 2021. 160 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16jLAvP8nMByHDJDom6RNdlOW0mUhscNz/view>. Acesso em: 27 fev. 2023.

HEINE, B. On Attributive Possession. In: **Possession: Cognitive Sources, Forces, and Grammaticalization**. Cambridge Studies in Linguistics, Cambridge University Press: Cambridge, 1997. p.143-186.

HEINE, B. LÉBIKAZA, K. On Attributive possession in Kabiye. In: BYBEE, Joan. HAIMAN, John. THOMPSON, Sandra A. **Essays on language function and language type - dedicated to T. Givón**. Philadelphia: John Benjamins North America, 1997. p. 217-231.

LANGACKER, R. W. **Possession, location, and existence**. In: **Investigations in Cognitive Grammar**. Berlin-New York: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2009, p. 81-108.

MITCHELL, D. C. **On-Line Methods in Language Processing: Introduction and Historical Review**. In: CARREIRAS, M.; CLIFTON Jr., C. (Eds). **The on-line study of sentence comprehension: Eyetracking, ERPs and beyond**. New York: Psychology Press, 2004, p. 15-32.

MÜLLER, A. L. A lógica subjacente à variação entre as formas possessivas de terceira pessoa: seu versus dele. **Revista da Anpoll**, v.1, n.3, p. 11-38. 1997. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/254/267>. Acesso em: 27 fev. 2023.

NICHOLS, J. On alienable and inalienable possession. In: **Honor of Mary Haas: From the Haas Festival Conference on Native American Linguistics**. Berlin, New York: De Gruyter Mouton, p. 557-610, 1988.

LOPES, C. R. dos S.; GUEDES, D. M. Formas possessivas de terceira pessoa: confrontando seu e dele a partir da abordagem experimental. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 58, p. 82-105. 2020. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/353/221>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PEREIRA LUCENA, R. de O. **Pronomes possessivos de segunda pessoa: a variação teu/seu em uma perspectiva histórica**. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Kqs0xkjY0lcAU1r481gAkvxgxBao0wp4_/view. Acesso em: 27 fev. 2023.

PERINI, M. A. O surgimento do sistema de possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. **DELTA**, São Paulo, n. 1-2. p. 1-15. 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/31141/21588>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

R CORE TEAM. “R: A language and environment for statistical computing”. **R Foundation for Statistical Computing**, Vienna, Austria, 2013. Último acesso em 15/08/2021. URL <http://www.R-project.org/>

SANTANA, N. P. de. **Seu e dele em correspondências de professores na Bahia do século XIX**. 2014. 198 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29261>. Acesso em: 27 fev. 2023.

Sobre os autores

Dailane Moreira Guedes (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7655-602X>)

Graduada em Letras (Português-Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela mesma universidade (2017). Doutora em Letras Vernáculas pela UFRJ (2021). Graduanda em Letras com habilitação em francês. Tem experiência em Sociolinguística, História da Língua Portuguesa e estudos da Língua Francesa.

Thiago Laurentino de Oliveira (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9537-5264>)

Graduado em Letras (Português-Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). Mestre e doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ, Faculdade de Letras da UFRJ. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ.

Recebido em fevereiro de 2023.

Aprovado em abril de 2023.